

RELATÓRIO DE GESTÃO – JUIZ WILSON PEREIRA JUNIOR

ABRIL/2019- NOVEMBRO/2020

RESUMO

CONGRESSOS E SEMINÁRIOS

1. Congresso de Liderança Política Feminina

Data: 3 e 4 de outubro de 2019

Realizado por TRESA e ALESC

Parceiros: MPSC, TJSC, OAB-SC, UNIVALI, UFSC, UDESC entre outros

Nº de participantes: 800 participantes

5 painéis e 6 oficinas: representatividade das mulheres na política, fundos públicos e o financiamento de campanhas femininas, as mulheres nos partidos políticos, políticas públicas para as mulheres e liderança de gestoras públicas.

Lançamento de uma edição especial da Resenha Eleitoral: “Liderança e Participação Política das Mulheres”.

Exposição de arte “Arte por Elas”, de mulheres catarinenses.

2. Prepara 2020 – Informação, Tecnologia e Segurança nas Eleições Municipais

Realizado na FIESC nos dias 5 e 6 de março de 2020, o Prepara tratou de temas preparatórios para as Eleições de 2020, tendo capacitado 326 servidores das Zonas e da Sede do TRESA.

3. VII Congresso Catarinense de Direito Eleitoral 2020: OABSC, MPSC e ALESC

Realizado em 21 de novembro de 2019, teve o lançamento da Resenha 23-2. Dentre os palestrantes, o ex-Ministro do TSE Joelson Dias o ex-Ministro de Estado e do TSE, Torquato Jardim, e o professor de Direito na Harvard Law School, Mark Victor Tushnet.

4. Seminários Regionais – Eleições 2020: MPSC, TRESA e demais órgãos

Objetivo: subsidiar, prevenir e embasar pedagogicamente e juridicamente os envolvidos nas Eleições 2020, com relação às práticas eleitorais visando a prevenir

condutas e ilícitos que ocorrem com frequência em eleições municipais, maculando o legítimo processo democrático e colaborando com o comprometimento dos candidatos eleitos (corrupção), eleitores e da própria população.

Migraram para formato online, contando com a participação de 2 (dois) integrantes do TRES: (i) o Juiz Diretor da EJESC, que tratou da participação política feminina, e (ii) a Secretária de Controle Interno e Auditoria, que discorreu acerca do financiamento de campanha e prestação de contas.

Participaram, pelo Ministério Público Eleitoral, o Procurador-Geral Eleitoral, André Stefani Bertuol, e o Promotor de Justiça e Promotor Eleitoral Pedro Roberto Decomain.

No total, são 25.082 visualizações (até as 19h de 18.11.2020).

PROJETO DE CIDADANIA

Voz e Vez: Formação política nas escolas da rede pública

Com o objetivo de promover a participação de jovens na vida política, o TRE-SC, a Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina e a UNIVALI construíram o Projeto Voz e Vez, que abrange desde a formação de professores da rede pública em cidadania e direitos humanos e práticas eleitorais nas escolas (como registro de candidaturas), culminando em uma eleição, nos mesmos moldes de uma eleição real, utilizando inclusive urnas eletrônicas.

Já são **84 escolas participantes em 72 municípios, envolvendo aproximadamente 350 professores e 48.000 alunos.** No ano que vem haverá a continuidade do Projeto, com eleições nas escolas, previstas para outubro de 2021.

QUALIFICA

Retomada do Programa Qualifica – Mandato de Excelência, passando de 13 para 22 parceiros e ampliando-se o escopo para os eleitos em 2018 e em 2020.

EVENTOS E CURSOS VIRTUAIS

1. Definição e gestão da ferramenta informatizada para reuniões online (10 licenças do Zoom) e treinamento aos servidores do seu uso.

- Realização de pesquisa junto aos cartórios eleitorais, para coletar informações sobre preferências, recursos necessários e familiaridade de utilização. Definição das regras de negócio. Treinamento às unidades do TRESA. Controle das solicitações de reserva das salas.

2. Quarentena produtiva

- 23 eventos, computando 40.068 visualizações.

3. Palestras virtuais

- 28 eventos, com 57.000 visualizações.

Estamos falando em quase 100.000 visualizações, contabilizadas até 17 de novembro.

4. Reuniões com os juízes eleitorais (duas), com participação de praticamente 100% dos magistrados de 1º grau, em 2 e 16 de outubro de 2020.

5. Cursos

No ano de 2020, o foco foi o ensino a distância ou remoto, em razão da pandemia. A EJESC promoveu 22 ações de capacitação a distância, com um total de 339 horas de treinamento, 3.489 participantes, com 2.388 aprovados em seus cursos.

Ainda assim, nos anos de 2019 e 2020 foram realizados 38 cursos presenciais.

Destaque para o Módulo de Direito Eleitoral do Curso Oficial de Formação Inicial para juízes estaduais recém-empossados, cujo Coordenador Pedagógico foi o Presidente deste Tribunal, Desembargador Jaime Ramos.

Destaque, também, para o curso EaD “Mulheres na Política: Aplicação de Recursos Públicos”, que tem como conteudista a Secretária de Controle Interno e Auditoria, e foi disponibilizado ao público em geral e, posteriormente, divulgado pelas demais Escolas da Justiça Eleitoral.

Compartilhamento de Cursos com outros órgãos

10 cursos EaD foram compartilhados com outros 9 (nove) TREs pela EJESC.

NORMATIVAS

- **Resolução de Instrutoria, do encargo de curso e da correlata gratificação**, que trata (i) das questões pedagógicas e procedimentais das instrutorias no âmbito do TRE de Santa Catarina e (ii) da devida gratificação dos nossos servidores, que estão entre os maiores especialistas do País em diversas matérias relevantes ao serviço eleitoral;
- 2 (duas) Minutas Portarias da Presidência, em fase final de análise, que dispõem sobre o Banco de Instrutores e os Critérios de Seleção dos Instrutores, assuntos que instrumentalizam a Resolução antes mencionada.

Especialmente em relação à Resolução, assinalo tratar-se de trabalho de fôlego, que buscou subsídio nas melhores normas do País, observadas as evoluções técnicas, pedagógicas e tecnológicas. Tanto é assim, que demais Escolas Judiciárias Eleitorais aguardam a disponibilização do seu teor para servir de modelo em seus respectivos Tribunais Eleitorais.

II COLÓQUIO ELEITORAL E FORMATURA DA ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO ELEITORAL UNIVALI/TRESC

Relevância: divulgação e discussão de temas atuais que são vivenciados pelos operadores do direito. Contribuição à disseminação do Direito Eleitoral. Síntese: No dia 6 de agosto, coincidindo com a formatura do curso de especialização em Direito Eleitoral - UNIVALI (modalidade presencial), foi realizado um Colóquio Eleitoral, com participação do então Conselheiro do CNJ, Juiz de Direito Márcio Schiefler Fontes, do Procurador Geral de Justiça, Fernando da Silva Comin e do advogado criminalista José Edilson da Cunha Fontenelle Neto.

Temas desenvolvidos: “Crimes conexos aos crimes eleitorais”, “Combate à macrocriminalidade e à lavagem de dinheiro” (branqueamento de capitais) e “Colaboração premiada”.

Público: Além da presença dos formandos, familiares, juízes, membros do Ministério Público, interessados na temática participaram do evento que reuniu aproximadamente 110 pessoas presente e obteve 220 visualizações.

RESENHA ELEITORAL

Em 2019, lançamos 3 (três) números da revista científica do TRE, a Resenha Eleitoral. Hoje, estamos lançando a Resenha 24-1, na versão eletrônica.

Em dezembro, lançaremos mais uma edição, que já está fechada, a 24-2. Estará hospedada no sistema OJS, conferindo maior agilidade ao fluxo editorial.

Hoje, também, abrimos a chamada de artigos para artigos para 25-1 com o tema "Direito Processual Eleitoral".

Foi confirmada, ainda, uma edição especial da revista (25-2), sob a curadoria do Min. Fachin, que tratará da segunda fase do Sistematização das Normas Eleitorais – SNE.

Atualmente a Resenha é a revista de Direito Eleitoral mais bem pontuada pela CAPES no Brasil e, com os melhoramentos já adotados e em implementação, chegará a um patamar ainda mais relevante no meio científico (possivelmente estrato B2).

Realizamos aquilo que entendemos necessário para o bem do eleitor e da Justiça Eleitoral Catarinense. Mas rogo ao Presidente, Des. Jaime Ramos, ao Corregedor e futuro Presidente, Des. Fernando Carioni, ao meu sucessor na Diretoria da EJESC, Juiz Rodrigo Fernandes e aos demais pares que permanecerão especial carinho com as seguintes ações, que estão em fase final de elaboração:

- ***Atualização do Regimento Interno da EJESC***: Trata de ousada Resolução aprovada em 2015 que colocou o TRE de Santa Catarina à frente dos demais Tribunais Eleitorais, ao ser concentrar toda a capacitação, jurídica ou não, de juízes e servidores, na EJESC. Escolha que vem sendo seguida por Tribunais Eleitorais de peso e tende a se tornar padrão. Os anos de experiência, porém, demonstraram que ajustes necessitam ser adotados quanto às atribuições.

- ***Resoluções dos Programas de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e de Servidores***, diplomas normativos cuja adoção é essencial ao melhor desempenho da capacitação neste Tribunal.

- ***Curso para Conteudistas de cursos de EaD***: seja por questões de segurança sanitária ou pela economia decorrente do afastamento do custeio de diárias e indenização de

transporte, em respeito ao pagador de tributos, o ensino remoto e o ensino a distância são cada vez mais o padrão das ações de capacitação.

Os instrutores deste Tribunal, repito, estão entre os maiores especialistas em matérias relevantes do serviço eleitoral. Porém, a educação para o trabalho, em geral, e o ensino a distância, em particular, recomendam a adoção de diversas técnicas que precisam ser assimiladas pelos autores dos conteúdos e pelos professores que os transmitem, seja de maneira síncrona (ao vivo) ou assíncrona (gravada). Uma Justiça forjada na celeridade de atuação jurisdicional e administrativa e as pautas obrigatórias (como cursos de gestão, Lei de Acesso à Informação, Lei Geral de Proteção de Dados) têm atropelado a necessária base.

Com essa capacitação para os servidores do TRE de Santa Catarina, a economia de tempo para a EJESC possibilitará, no mínimo, dobrar a quantidade de cursos EaDs novos ou atualizados.

Reforço às sugestões ao CODEJE e à EJE-TSE

a) de forma a que o TRESA conte com servidores aptos a serem professores dos cursos de formação para magistrados:

TSE garantir com a ENFAM a formação dos servidores da JE no FOFO, possibilitando o credenciamento de cursos continuados e do Módulo de Direito Eleitoral dos cursos oficiais de formação aos magistrados estaduais.

b) como formas de concretização da diretriz de participação feminina nos eventos das EJEs, de fortalecer o Sistema EJE e a JE como um todo e de racionalizar recursos da JE:

b.1) criar um banco nacional de professores(as), palestrantes, facilitadores(as) EaD e tutores(as) de conteúdo EaD (coordenado - conforme a atribuição - por EJE-TSE, SGP-TSE e ASCOM-TSE, ainda que com contribuições dos regionais);

b.2) planejar, alinhar e nacionalizar as ações de capacitação e as campanhas de cidadania, de forma a que, ainda que apenas uma EJE ou poucas seja(m) realizadora(s), todas sejam apoiadoras;

b.3) continuar privilegiando eventos online, EaDs e Ensino Remoto, após a quarentena;

b.4) adotar uma forma de evitar conflitos entre (e conferir antecedência para a divulgação de) eventos das EJEs, das SGPs e das ASCOMs (agenda nacional JE e não apenas das EJEs).

É o relatório submetido à Presidência deste Tribunal.

Florianópolis, 27 de novembro de 2020.

Wilson Pereira Junior
Juiz Diretor da EJESC